

PROFESSORES COM CEGUEIRA NA REDE DE ENSINO

Beatriz Alves de Deus Bispo ¹
Carolina Severino Lopes da Costa ²

RESUMO

As pessoas com deficiência são aquelas que apresentam impedimento físico, mental ou sensorial a longo prazo, que em interação com barreiras, muitas vezes impostas pela própria sociedade, podem afetar sua plena participação social. Dentro desse grupo, encontram-se as pessoas com deficiência visual (DV) que se trata de uma deficiência sensorial, que pode ser classificada como cegueira ou baixa visão. A cegueira é entendida como perda total da visão e a baixa visão se relaciona com alterações na capacidade funcional da visão, que limita ou interfere no desempenho da visão. Com ênfase na inclusão no contexto educacional, estão presentes nas escolas, não apenas os alunos com deficiência, mas também os profissionais. Então, o objetivo desta pesquisa foi investigar como é ser um professor cego e relatar suas experiências na profissão. Esse trabalho se trata de uma pesquisa descritiva com caráter exploratório. Para coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada e os dados obtidos foram transcritos e submetidos a análise textual discursiva. Os resultados encontrados apresentam a trajetória acadêmica dos professores entrevistados, suas opiniões e relatos sobre como é ser professor cego na rede de ensino, juntamente com suas preocupações sobre a profissão e sugestões de melhorias no ambiente escolar, na acessibilidade e também na área da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial, Cegueira, Deficiência Visual, Professores.

INTRODUÇÃO

Partindo de políticas que asseguram o acesso e permanência de estudantes com deficiência nas escolas, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) objetiva dar o acesso, promover a participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

As pessoas com deficiência são aquelas que apresentam impedimento físico, mental ou sensorial a longo prazo, que em interação com barreiras, muitas vezes impostas pela própria sociedade, podem ter sua participação social afetada. Dentro desse grupo, encontram-se as pessoas com deficiência visual, ou seja, pessoas com cegueira ou baixa

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, beatrizadb@estudante.ufscar.br;

² Professora adjunta do Departamento de Psicologia da UFSCar. Doutora em Educação Especial pela Universidade Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. E-mail: carolinacosta@ufscar.br.

visão. A cegueira é entendida como perda total da visão e a baixa visão se relaciona com alterações na capacidade funcional da visão, que limita ou interfere no desempenho da visão. A deficiência visual (DV) pode ser congênita, na qual a pessoa apresenta desde o nascimento, ou adquirida em algum momento da vida. (Paulino, 2023. Torres, Costa e Lourenço, 2016).

No contexto educacional, de acordo com o livro Saberes e práticas da Inclusão (Brasil, 2006) os estudantes com DV devem passar por observações de seus professores e uma avaliação funcional de sua visão, pois o diagnóstico médico não apresenta informações a respeito do desempenho ou potencial de aprendizagem do estudante. Paulino (2023) defende que o professor, ao saber da presença de um estudante com DV, poderá conhecer o diagnóstico do aluno inicialmente, mas é de fundamental importância conversar com o aluno e saber sua trajetória escolar, seus conhecimentos já adquiridos, suas preferências, quais recursos utiliza e como prefere suas adaptações, caso necessárias.

Isso mostra que os professores podem ser grandes agentes da inclusão e de acordo com Pimentel (2012), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96 (Brasil, 1996) assegura a contratação de professores capacitados para oferecer uma educação de qualidade que atenda às necessidades dos estudantes público alvo da educação especial. Apenas a matrícula do estudante com deficiência na sala comum não é suficiente, pois é de extrema importância que ele participe plenamente e aprenda, já que “é no convívio com o outro que se aprende que as diferenças podem facilitar e enriquecer as relações interpessoais nos diversos contextos, por exemplo, na sala de aula” (Brando, Nunes e Walter, 2013, p. 44).

Não são apenas os alunos com deficiência que estão presentes nas escolas, os profissionais envolvidos no contexto também podem ser pessoas com deficiência, inclusive professores. O estudo de Meletti, Germano e Gonçalves (2019) traz dados de professores com deficiência que atuam na educação brasileira, como professores, monitores, intérpretes de Libras, coordenadores, o que mostra que esses estudantes com deficiência não só chegam, como também se formam no ensino superior e vão para o mercado de trabalho, podendo seguir na vida acadêmica, de acordo com suas preferências.

Tratando mais especificamente de profissionais com DV, o estudo de Souza e Fonseca (2022) tem como objetivo apresentar as reflexões de um professor de Educação Física negro, albino e com baixa visão acerca de suas experiências e trajetórias formativas a partir de uma narrativa autobiográfica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada na narrativa autobiográfica, que traz experiências no processo de formação de um professor

de Educação Física, reflexões sobre os desafios e potencialidades durante a educação básica, o curso de Licenciatura e na vida profissional.

O estudo de Brando, Nunes e Walter (2013), cujo objetivo foi investigar as estratégias de ensino utilizadas por professores com deficiência em suas aulas, contou com quatro professoras com deficiência, uma delas apresenta deficiência física, outra possui sequelas de paralisia cerebral, outra possui deficiência visual e a última, deficiência auditiva e todas lecionavam no ensino superior. Os dados foram coletados a partir de entrevista semiestruturada, com a realização de adaptações e presença de intérprete de Libras de acordo com a necessidade de cada participante; os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo.

Nos resultados do estudo, foram criadas duas categorias, a justificativa pela docência e recursos e atividades no ensino superior. Como justificativa da escolha pela docência, as professoras relataram querer compartilhar seus conhecimentos com outros profissionais, poder ensinar outras pessoas com deficiência. Enquanto que no item de recursos e atividades, a maioria das professoras utiliza aulas expositivas, mas também utilizam aulas praticas, discutem textos, solicitam apresentação de seminários em suas aulas. Uma das professoras relata que trabalha com dinamicas, com a intenção de aproximar seus alunos das situações vividas por pessoas com deficiência.

Contudo, a justificativa do presente estudo é a relevância de dar voz aos professores com DV frente às suas experiências de vida, trajetória escolar, trabalho na sala de aula e/ou AEE; e, realmente relatar como é ser um professor com DV na rede de ensino. Assim, o objetivo desta pesquisa foi investigar como é ser um professor cego e suas experiências na profissão.

METODOLOGIA

O presente trabalho se trata de uma pesquisa descritiva com caráter exploratório, pois, de acordo com Gil (2002) há a intenção de descrever determinadas características de uma população. Para coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada e optou-se por esse tipo de instrumento devido a sua flexibilidade e possibilidade de redirecionamento das questões previamente elaboradas, aprofundamento do assunto, obtendo-se informações mais detalhadas e, ao mesmo tempo, maior proximidade entre o pesquisador e participantes, de acordo com Lockmann (2013).

A presente pesquisa foi iniciada após a aprovação do Comitê de Ética em

Pesquisas com Seres Humanos da UFSCar (CAAE: 51918221.0.0000.5504) e foi realizada com uma pequena parte dos participantes de um trabalho de conclusão de curso. As entrevistas foram marcadas com os professores por *WhatsApp* e de acordo com a disponibilidade dos participantes. Os dados coletados nas entrevistas foram transcritos e submetidos à análise textual discursiva, que segundo Moraes e Galiazia (2006), se trata de uma abordagem utilizada na pesquisa qualitativa, baseada na investigação, para analisar dados a partir do conteúdo e do discurso, que se encaixa de modo contingente na análise de entrevistas.

A pesquisa contou com 3 participantes, identificados como Prof B, Prof N e Prof R, todos pessoas cegas formados em cursos de Licenciatura e se tornaram professores da rede pública, tanto municipal quanto estadual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após análise textual discursiva das entrevistas foram criadas duas categorias de acordo com as questões da entrevista com os assuntos mais comentados pelos participantes. As categorias foram: trajetória acadêmica e profissão professor.

Trajetória escolar

Mesmo com diferentes trajetórias na vida acadêmica, os três professores estudaram em escolas especiais ou instituições especializadas em deficiência visual durante o ensino básico, principalmente na educação infantil e ensino fundamental I. Também estudaram em escolas públicas regulares, com o diferencial de que o Prof N cursou o ensino médio em uma escola particular, recebendo bolsa.

Dois dos professores, o Prof N e o Prof R tiveram professores particulares por um momento, no caso do Prof N, esse apoio foi para a alfabetização em Braille, com um professor cego que o ensinou em apenas 1 mês, enquanto que o Prof R recebeu aulas particulares para sua alfabetização, pois enquanto criança conseguia exergar, mas sempre teve muita dificuldade nos estudos por conta da limitação visual.

A respeito das instituições ou escolas especializadas, o Prof B foi bastante enfático em relação à importância de frequentar um local especializado em DV enquanto estudante, pois isso foi um diferencial em seu aprendizado, afirmando ser algo necessário. Sobre isso, Souza e Fonseca (2022) apontam para a relação da grande diferença metodológica, estrutura pedagógica e o preparo dos profissionais para contemplar o

estudante com DV, que fala da experiência acolhedora e que impulsionou diversas oportunidades no Instituto especializado. Já Santos (2007) mostra que a oportunidade de estudar também em uma instituição especializada foi importante na aceitação da deficiência visual, apresentando novas ideias e vivências sobre a cegueira, pois possibilitou a aprendizagem no braile, a orientação e mobilidade, atividades de vida diária, que são situações não oportunizadas, na maioria das vezes, em escolas regulares.

Em relação ao ensino superior, as trajetórias foram bastante distintas: o Prof B se interessou pelo curso de geografia e passou no vestibular assim que se formou no ensino médio. O professor R, cursou a licenciatura em Língua Portuguesa e o Prof N, relatou prestar vestibular para jornalismo por 4 anos, pois na época era muito complicado, não existindo cotas para pessoas com deficiência, até que conseguiu, depois de 5 anos, a aprovação no curso de letras, no qual se formou. Enquanto que o Prof N complementou seus estudos com uma especialização em atendimento educacional especializado com ênfase em educação inclusiva pela faculdade da Amazônia e depois fez seu Mestrado em ciências da educação matemática e inclusão pela Universidade Federal do Pará.

As diferentes trajetórias escolares dos participantes corroboram com o estudo de Orlando e Caiado (2014) quando afirmam que algumas pessoas com deficiência driblam o sistema, vencem as barreiras impostas pela sociedade, as adversidades do caminho como foi relatado em alguns trechos dos professores participantes, e concluem o ensino superior, a pós-graduação *stricto sensu*, chegando à docência, no caso do estudo citado, no ensino superior.

Profissão professor

Nessa categoria, foi perguntado aos entrevistados se algo os motivou a se tornarem professores e também como é, de acordo com as experiências vividas, ser professor na rede pública de ensino.

O Prof B relatou que se preocupou com o que seria quando saísse do ensino médio e então viu a possibilidade de contribuir na educação dando aula e prestou o vestibular. Já o Prof N afirmou que foi chamado por uma professora da rede para ministrar uma oficina de braile e lá pensou “isso é pra mim”; o Prof R teve contato com familiares e colegas com DV que se tornaram professoras e pensou “se eles podem, eu também posso” e foi o que o motivou a entrar para vida acadêmica. Nesse sentido, Nabais et al. (2016) afirma que existem muitas profissões possíveis, em diversos níveis de formação e ao

mesmo tempo ressalta que é importante o desenvolvimento de ações que preparem as pessoas com DV para o mercado de trabalho, dando-lhes oportunidades.

A dificuldade de conseguir um emprego é enfrentada por uma significativa parcela da população e isso se agrava para pessoas com DV, apesar de, felizmente, não se aplicar aos participantes da pesquisa. Logo, de acordo com Nabais et al. (2016), essa dificuldade é uma realidade porque os empregadores acreditam, sem explicação plausível, que a deficiência visual afeta outras funções e capacidades, temem acidentes e o custo de adquirir equipamentos “especiais”. É necessário enfatizar que a pessoa com deficiência é antes de tudo uma pessoa, que tem suas habilidades, interesses, dificuldades e precisa receber oportunidades para desenvolver e também mostrar suas potencialidades, e isso não se aplica apenas ao mercado de trabalho.

Partindo disso, a respeito de como é ser professor, o Prof B afirma que ser professor do AEE é possível, ao mesmo tempo compara que as situações professor de classe regular e professor do AEE são diferentes, que para ele, ser professor de alunos videntes, principalmente da disciplina de geografia, que é sua formação, seria um grande desafio, pois precisaria de ajuda para escolher imagens, alimentar o sistema estadual (parte burocrática); e exemplifica que seria bastante difícil corrigir provas sem ajuda de alguém vidente. Além disso, ele afirma que sua experiência, até o momento, foi apenas com alunos com DV na unidade especializada e que não atuou na classe regular.

Já o Prof R também compara a classe regular com a escola especializada, dizendo ser diferente na rede pública especializada, por conta do que é trabalhado, do número de alunos, da atuação com os alunos com DV. Ele afirma que consegue interagir, responder dúvidas, detectar as dificuldades dos alunos e também suprir as mesmas. Diz que ser professor da rede pública de uma unidade técnica especializada é bastante satisfatório e assim como o Prof B, não teve experiência na regular.

O Prof N relata que é uma honra ser professor na rede pública, pois tem a oportunidade de fazer com que os estudantes de hoje não passem pela exclusão que ele passou; e afirma que o que puder fazer como profissional e acima de tudo como pessoa cega, que viveu muita desigualdade, vai fazer, para tentar garantir uma melhor performance dos estudantes com DV. O participante diz que o que puder fazer para amenizar as problemáticas relacionadas à educação inclusiva, ele vai fazer, pois não é

apenas um profissional na rede, mas também uma pessoa que vivenciou, vivencia e ainda vai vivenciar muita coisa.

Em relação à profissão de educador especial, cada professor tem, a partir de suas vivências e significados de vida, uma opinião. O Prof B foca na importância de como pessoa com DV, conseguir expor a opinião, segundo a perspectiva de uma pessoa cega, para os outros professores da rede. Sua resposta vai ao encontro com a opinião do Prof R, que afirma ser um profissional da Educação Especial, com DV, que contribui na formação de profissionais com e sem deficiência. Enquanto que o Prof N relata que ser professor de Educação Especial é sua existência, é conversar com o aluno proporcionando aprendizagem; envolver a família e tentar auxiliá-la no tratamento do filho com DV, deixando de lado a forma “penosa” e visão de coitadinho que pode existir.

É importante comentar a respeito de como o Prof N compreende que em um primeiro momento, ao entrar em contato com um aluno com DV, e também com um aluno com qualquer outra deficiência, que as limitações, muitas vezes, são uma realidade, mas que é fato a existência das potencialidades e a necessidade de o professor estar aberto para descobrir as preferências e habilidades dos alunos e partir disso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa foi possível dar voz à professores com deficiência visual e obter informações privilegiadas, de quem fala com propriedade e compartilha suas vivências, preocupações, dificuldades e, como foi mostrado até aqui, de quem venceu barreiras, passou pelo ensino superior e chegou a uma posição de trabalhador.

A partir das entrevistas aqui analisadas, percebeu-se que, mesmo com escolhas de disciplinas e trajetórias escolares diferentes, foi unânime o estudo em escolas públicas regulares e em escolas ou instituições especializadas em deficiência visual. Além da necessidade de haver preparo dos profissionais para receber e atender os estudantes com deficiência, mais especificamente aqui, com deficiência visual.

Foi evidenciado nesse estudo que oferecer oportunidades, tanto às pessoas com deficiência, quanto para qualquer outra, é muito importante. A intenção dos participantes dessa pesquisa é sempre ter uma boa comunicação com os professores videntes, informar sobre a deficiência visual e como lidar com os estudantes com DV no contexto

educacional, de modo que a inclusão seja efetiva, que os estudantes sejam contemplados e não passem pelas mesmas dificuldades que eles passarem.

Além de ensinar estudantes com DV nas instituições em que trabalham, conversar com seus familiares e facilitar o ensino e aprendizagem dos mesmos, de forma que eles não desistam, superem as possíveis barreiras impostas pela sociedade. Sociedade essa que precisa rever seus conceitos sobre a deficiência visual, pensando em acessibilidade, tanto comunicacional, arquitetônica, mas principalmente a atitudinal.

REFERÊNCIAS

BRANDO, A.; NUNES, L.; WALTER, C. Estratégias de ensino de professoras com deficiência no nível superior: formando futuros profissionais. **Informática na educação: teoria e prática**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDBEN. 9394/1996. Ministério da educação. BRASÍLIA. MEC. 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. MEC/SEESP, 2008

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão**. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 208 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão)

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

MELETTI, S. M. F.; GERMANO, J.; GONÇALVES, T. G. G. L. Professores com deficiência que atuam na educação brasileira: um estudo do censo escolar de 2016. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 182–199, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2506>. Acesso em: 18 jun. 2024.

NABAIS, M. L. M. et al. **O encaminhamento do deficiente visual ao mercado de trabalho**. Instituto Benjamin Constant. Ministério da Educação. Disponível em <<http://antigo.ibc.gov.br/educacao/71-educacao-basica/ensino-fundamental/264-o-encaminhamento-do-deficiente-visual-ao-mercado-de-trabalho>> acesso em 18 out. 2023.

ORLANDO, R. M.; CAIADO, K. R. M. Professores universitários com deficiência: trajetória escolar e conquista profissional. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 811-830, jul./set. 2014.

PAULINO, V. C. **Estratégias, recursos e serviços educacionais para o universitário com deficiência visual**. São Carlos: EDESP – UFSCar, 45 p, 2023

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos: In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (org.). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: Editora UFBA, 2012.

SOUZA, J. M. I.; FONSECA, M. P. S. Narrativas autobiográficas de um professor em (constante) formação, negro, albino e com baixa visão: trajetórias, experiências e reflexões. **Revista diálogos e perspectivas em Educação Especial.**, v.9, n. 2. Marília. 2022.

TORRES, J. P.; COSTA, C. S. L da.; LOURENÇO, G. F. Substituição Sensorial Visuo-Tátil e Visuo-Auditiva em Pessoas com Deficiência Visual: uma Revisão Sistemática. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 4, p. 605-618, Out.-Dez., 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbee/v22n4/1413-6538-rbee-22-04-0605.pdf>> Acesso em 29 ago. 2023.